

Encontro anual de
INICIAÇÃO 
CIENTÍFICA DA UNESPAR

**REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA IMPRENSA CATÓLICA DO NORTE DO PARANÁ
(1975).**

Laiza Suelen B. Campos (PIC, CNPq)
Unespar/ Campo Mourão, laizacamposhistoria@outlook.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
Unespar/Campo Mourão, crispataro@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo
Unespar/Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com

RESUMO: A pesquisa analisa as representações da mulher veiculadas na imprensa católica do norte do Paraná. Foram tabulados os conteúdos do Jornal Folha do Norte do Paraná do ano de 1975 que faziam referência à mulher, a partir da leitura de todas as matérias, totalizando 3.770 arquivos eletrônicos do jornal digitalizado. As discussões sobre gênero dizem respeito à forma como cada sujeito se entende e se apresenta no mundo, e visa compreender que as definições de homem e mulher são construções sociais, de modo que, embora haja diferenças biológicas entre os sexos, as mesmas não devem funcionar como formas de opressão. A análise do material considera o contexto do ano de 1975, dedicado internacionalmente à mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) e considerado Ano Santo pela Igreja Católica, sendo ainda marcado pela Ditadura Militar, pelo desenvolvimento econômico do país e pelas discussões acerca da implantação do divórcio. A análise foi organizada em três categorias: O Ano Internacional da Mulher, Casamento e Divórcio. Os resultados possibilitam afirmar que o Jornal não deixa de colocar a mulher em estereótipos pré-definidos, como boa mãe e esposa, sendo de forma direta ou indireta alvo de algum tipo de inferiorização de gênero. Notam-se, ainda, lentas, mas significativas, conquistas da mulher no espaço público e mudanças comportamentais, de modo que o periódico acompanha essas mudanças, não ignorando-as, porém tentando sempre firmar seus preceitos com base nas doutrinas da Igreja Católica.
Palavras-chave: Mulher. Religião. Jornal.

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é analisar as representações da mulher na imprensa vinculada à Igreja Católica da região de Maringá, no ano de 1975, por meio da análise do Jornal Folha do Norte do Paraná, fundado em 1962. Para tanto, investigamos os valores, comportamentos, as relações e os papéis de gênero que emergem da maneira pela qual as mulheres são representadas.

O Jornal Folha norte do Paraná, também conhecido como Jornal do Bispo, foi o maior veículo de comunicação impressa da região norte do Paraná e um dos grandes investimentos da Igreja Católica de Maringá entre as décadas de 1960 e 1970. O Arcebispo da diocese de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, seu fundador, tinha a pretensão de fazer da Folha um propagador do anticomunismo e divulgador dos princípios da Igreja Católica e por isso teria se tornado um grande “paladino da moral e dos bons costumes” (PAULA, 2009, p. 15). Embora fosse intitulado laico e, portanto, contasse com características comerciais, tanto sua propriedade como parte dos membros de sua equipe editorial eram vinculados à Igreja Católica. Esse fato, por si só, atenta para uma característica especial do periódico.

O Jornal possuía grande abrangência, uma vez que Maringá, além de ser uma das principais dioceses do norte Paraná, era sede provincial, o que representa, em grande parte, a síntese de toda a

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

dinâmica religiosa presente nas dioceses sufragâneas de Campo Mourão, Umuarama e Paranavaí. Além disso, por seu pioneirismo na imprensa maringaense, constituiu-se como um dos maiores periódicos do norte do Estado e, podemos dizer, um grande influenciador social.

Ao focar o jornal como fonte da pesquisa, está-se de acordo com as discussões teóricas oriundas da terceira geração do Annales, ainda da década 1970, quando o jornal deixa de ser compreendido como um mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere, ou mesmo como apenas instrumento de dominação, manipulação de interesses e de intervenção na vida social, utilizado pelas classes dominantes (CAPELATO; PRADO, 1980). Ao utilizar o jornal como fonte, e aqui a reflexão de Robert Darnton parece ser adequada, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (DARNTON, 1990).

Assim, o uso da mídia impressa como fonte de investigação permite um olhar para o cotidiano das diferentes épocas e lugares a partir de materiais diversificados de pesquisa, possibilitando uma análise de novas interpretações e novos discursos, que complementam as abordagens baseadas nos relatos políticos e econômicos (CATANI; BASTOS, 2002).

No que se refere às questões de gênero, como argumenta Beauvoir (1970), a mulher não tem passado, não tem história e nem uma religião própria, diferentemente dos casos de desigualdade em relação aos negros e Judeus, visto que estes possuem um momento histórico em que passaram a ser oprimidos. A autora afirma que “O laço que a une [As mulheres] com seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana.” (BEAUVOIR, 1970, p. 14). Assim, a inferioridade feminina e a justificativa para a opressão são colocadas por um dado biológico diferenciado. Anilde Almeida afirma que:

Cada sociedade constrói padrões de comportamento para o masculino e feminino que extrapolam as diferenças sexuais, biológico-genéticas e organizam valores, normas e privilégios diferenciados. Colocam o masculino e o feminino em condições desiguais de sobrevivência. (ALMEIDA, 2010, p. 17).

Observamos que a condição biológica é colocada como justificativa para estabelecer padrões sociais e culturais. Acreditamos que a diferença entre os sexos realmente existe, sendo um aspecto perceptível que, no entanto, não pode servir como referência para atitudes opressivas e de inferioridade. A intenção, assim, é que a mulher possa se firmar como sujeito de sua própria existência, comandar, definir o seu próprio *ser-mulher*, que não deve ser “o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro.” (BEAUVOIR, 1970, p. 15). Sendo assim, entende-se que a subjetividade feminina não deve restringir-se a definições e justificativas reducionistas, como do “sexo frágil”.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, devemos destacar que, no ano de 1975, a Folha do Norte do Paraná já estava consolidada. A partir de 1973, o jornal foi arrendado para Jorge Fregadolli e seu grupo, que manteve a mesma linha editorial até 1979, quando as atividades do Jornal foram encerradas (PAULA, 2009; ROBLES, 2007).

No que se refere ao campo político e econômico, o período foi marcado por grandes agitações. A segunda metade da década de 1970 é destacada pelas políticas de afrouxamento da chamada “linha dura” do Regime Militar, com o governo Ernesto Geisel (1975-1979) e a sua proposta de uma mudança lenta e gradual, com repercussões nas eleições proporcionais e majoritárias ocorridas em nível local, estadual e nacional (ALCÂNTARA, 1999), além, evidentemente, da interveniência do Regime na imprensa. Em paralelo, o país e o estado do Paraná passam por grandes transformações no cenário econômico, com forte industrialização, urbanização e investimentos no agronegócio com vistas à exportação que, impulsionado pelas políticas do estado, trouxe profundas modificações nas formas de organização social, tais como, as novas relações de trabalho, o êxodo rural e a urbanização.

Em relação às discussões sobre a mulher, temos, também, um ano de muitas agitações. Vale destacar que o feminismo no Brasil representa um movimento de contracultura e contestação à realidade política de opressão, vivenciada de 1964 a meados de 1980. No ano de 1975, quando aconteceu a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres na Cidade do México, foi declarado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano internacional das Mulheres, e, também, oficializou-se por decreto o dia 8 de março como sendo o Dia Internacional da Mulher (MARQUES; ZATTONI, 2014). No dia 8 de setembro do mesmo ano, no Brasil, era fundado o Centro da Mulher Brasileira (CMB) com uma nova abordagem feminista:

Foi mais um movimento que nasceu no ambiente do autoritarismo, mas que tinha um objetivo definido: refletir sobre a condição da mulher na sociedade. Assim, as teorias marxistas e maoístas presentes que permeavam as discussões eram mescladas, não sem polêmicas, a questões de cunho feminista. As ideias da Igreja Católica, mesmo que indiretamente, também estiveram presentes, com suas doutrinas, e mais uma vez essa presença gerou debates e conflitos. (MARQUES; ZATTONI, 2014, p. 64).

Assim, podemos dizer que, nesse período, as mulheres passam a ser vistas pela sociedade com olhos mais atentos, uma vez que começam a manifestar seus descontentamentos em relação aos estereótipos de mulher vigente até aquele momento, quando seu espaço naturalizado era limitado ao lar, marido e filhos. Esse movimento influencia mudanças nas representações da mulher e no modo como se compreende o espaço em que esta deve ocupar.

APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA E ANÁLISES DA MULHER NO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Para a realização da análise do jornal Folha do Norte do Paraná, efetuou-se a leitura e tabulação das edições do ano de 1975. O material referente a este período foi digitalizado e catalogado pelo grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder em pesquisas anteriores¹, de modo que possuímos, para a realização de nossa pesquisa, arquivos eletrônicos em forma de fotos do jornal publicado no ano em estudo. As páginas – um total de 3.770 arquivos eletrônicos – foram lidas na íntegra, buscando-se identificar as imagens, notícias, propagandas e demais conteúdos que fizessem de alguma forma referência à mulher.

O material encontrado foi tabulado em uma planilha do Excel, totalizando um número de 356 matérias que posteriormente foram analisadas, buscando-se identificar categorias a partir dos temas recorrentes e da relevância frente ao contexto histórico (Tabela 1).

Tabela 1: Categorias temáticas

Categorias	Número de Matérias
Divórcio	16
Conflitos	42
Mulher Ideal	10
Trabalho	16
Esporte	7
Ano Internacional da Mulher	8
Prostituição	7
Mãe	6
Casamento	20
Propaganda	24

Dentre as categorias identificadas, selecionamos para a presente discussão três temáticas que se destacam não tanto pelo quantitativo de matérias encontradas, mas pelas especificidades dos eventos que marcam o ano de 1975 e do posicionamento do Jornal em relação à mulher. São elas: O Ano Internacional da Mulher, com um total de 8 matérias; Casamento, com um total de 20 matérias; e Divórcio, com um total de 16 matérias. Cabe ressaltar que, pela proximidade identificada entre essas duas últimas categorias, as matérias encontradas serão discutidas em um único tópico.

O Ano Internacional da Mulher

O ano de 1975 foi de grande importância para as discussões sobre a mulher, conforme mencionado anteriormente. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou esse ano como sendo “O Ano Internacional da mulher” e o dia 8 de março como o “Dia Internacional da mulher”. Estando a mulher em destaque, o Jornal não deixa de dedicar sua atenção ao tema, de modo que, no decorrer do ano, são publicadas matérias relativas a esse fato.

¹ “Representações da mulher e normatização do corpo: um estudo a partir da seção feminina do Jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1972)” (Apoio CNPq) e “Relações de gênero e ensino de História: representações da mulher no Jornal folha do Norte do Paraná (1971-1974)” (Apoio Fundação Araucária).

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar



Imagem 1: Folha Norte do Paraná (Religião), 19 de fevereiro de 1975, p. 14

Na matéria “O ano Internacional da Mulher”(Imagem 1, 19/02/1975), presente na coluna Religião, a mulher é apresentada como a “salvadora” do homem corrompido pelas mazelas da sociedade. Logo no primeiro parágrafo a matéria menciona:

A notícia [O Ano Internacional da Mulher] é de empolgar muita gente e suscitar as mais contraditórias reações. E nada mais imprevisível do que o critério orientador dos encontros, das reuniões, das conclusões destes doze meses oferecidos à mulher, para que, afinal, *reencontre seu verdadeiro lugar no mundo*, e reconheça que isso jamais acontecerá se for desviada de seu *destino eterno*. (Folha Norte do Paraná, 19/02/1975, p. 14, grifos nossos).

É interessante pensarmos a que modelo de mulher o texto está se referindo, que mudanças são propostas a essa mulher e em que essa representação se diferencia ou não do modelo de mulher ideal vigente até então. A partir do que expõe a matéria, podemos trazer dois questionamentos importantes: Como a mulher pode “reencontrar” um lugar no mundo que nunca existiu para ela? E qual será o seu “Destino Eterno”? Para Beauvoir, a mulher estaria ainda em um processo de “encontrar” seu lugar no mundo, visto que “no passado toda a história foi feita por homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 15). Isso implica reconhecer suas diferenças, seus limites e moldá-los, inserir-se no meio social comandado por homens, sem deixar de ser mulher. Quanto ao seu “Destino eterno”, no decorrer da matéria do Jornal, é muito frisada a situação da mulher-mãe, a mulher que quando se torna mãe, deixa de ser mulher e passa a ser exclusivamente mãe. Coloca-se, assim, a maternidade como uma grandeza que resume a mulher. Eis então o seu destino eterno: ser mãe.

O texto ainda critica o erotismo, a mulher como objeto, e lança um apelo às mulheres cristãs:

O homem guerreiro e técnico desumaniza o mundo, a mulher orante o humaniza enquanto é mãe que vela sobre toda a forma humana como se fosse seu próprio filho. [...] é a mulher com a predestinada a dizer não, a parar o homem à beira do abismo, mostrar-lhe sua verdadeira vocação. (Folha Norte do Paraná, 19/02/1975, p. 14).

A mulher é apresentada como a “salvadora”, a única capaz de resgatar o homem, mas para isso ela não pode esquecer-se de seu destino eterno, que é ser mãe. A partir da análise da matéria em questão, podemos verificar que o objetivo do texto é ressaltar os valores, já estabelecidos e reforçados pela compreensão cristã, em relação à mulher, que seriam de ser mãe e zelar pela família, o alicerce da sociedade, usando a justificativa de que “Ela forja os homens, constrói o mundo” (Folha Norte do Paraná, 19/02/1975, p. 14). No entanto, sabemos que, a partir do momento que o homem descobre seu

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

“poder” como “sujeito” no mundo, passa a colocar a mulher como “Outro”. Como explica Beauvoir “nenhuma coletividade se define como sendo Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, 1970, p. 11). Esse “Outro”, por sua vez, corresponde a tudo o que destoa dessa unidade. Os judeus são outros para o anti-semita e os negros para os racistas norteamericanos, entre outros.

Sendo assim, a mulher seria o “outro” para o homem. E essa ideia parece ser reforçada pela doutrina religiosa cristã, quando define comportamentos próprios para a mulher e a submete ao homem em seu discurso. Segundo Farias e Tedeschi:

As características construídas pela moral cristã, em torno do feminino, como o cuidado do lar, da família e o bom desempenho da maternidade, além de negar à mulher outras possibilidades, servem para enclausurá-la no espaço doméstico. [...] Atribuindo tais características à mulher, a moralidade cristã legitima papéis e reconhece a submissão das mulheres ao homem como ordem natural, perversa, imutável. (FARIAS; TEDESCHI, 2010, p. 158).

Verifica-se, assim, de que forma a moral cristã acaba por reforçar modelos e representações que definem o lugar e o papel social da mulher, acabando por hierarquizar as relações entre homens e mulheres, conforme pudemos verificar na matéria do Jornal Folha do Norte do Paraná anteriormente apresentada.

Já a matéria da Imagem 2, “Paranavaí comemora o Ano Internacional da Mulher”, localizada na quarta página do jornal e ocupando metade da página, começa destacando que o ano dedicado à mulher é também o Ano Santo para a Igreja Católica e, logo em seguida, expõe uma série de passagens bíblicas em que Jesus enaltece o valor da mulher. Também comenta sobre uma série de mulheres importantes historicamente e faz uma crítica às mulheres que se sacrificam em seus relacionamentos conjugais.



Imagem 2: Folha Norte do Paraná, 24 de agosto de 1975, p. 4

Primeiramente, é interessante separarmos as diferentes abordagens do texto. Começaremos com as passagens bíblicas e exploraremos a mulher então apresentada. A matéria utiliza algumas passagens bíblicas para justificar o argumento de que Jesus, enquanto homem, enalteceu a mulher, e colocou-a numa posição de igualdade. No entanto, é importante entendermos o modelo de mulher ideal subjacente a essas passagens.

As figuras de Maria e de Eva são constantes nas escrituras sagradas. Eva teria sido aquela que trouxe o mal, o pecado ao mundo, uma vez que comeu e influenciou seu esposo a comer do fruto proibido. Por outro lado, Maria teria sido a nova aliança, uma vez que trouxe ao mundo o Salvador. De acordo com Barbosa, “Maria seria para o cristianismo o modelo feminino de virtude, desejável, de

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

acordo com os preceitos cristãos. Retomou ao estado original de Eva, pelo nascimento virginal de Cristo.” (BARBOSA, 2004, p. 2). No primeiro milagre de Jesus, Maria é peça fundamental, conforme traz a própria matéria do Jornal:

Maria revela a condição de mulher dentro do plano de Cristo: “em diferentes momentos de existência, Maria desempenhou um papel determinante na história da salvação. Nas bodas de Canaã-Maria, por iniciativa própria, dá a Jesus a oportunidade de fazer o primeiro milagre e revelar sua Glória (Jo, 2-1-11).” Cristo, nessa circunstância não a chama de “mãe”, mas de “Mulher” para evidenciar o papel da mulher no plano de Deus. (Folha Norte do Paraná, 24/08/1975, p. 4).

A partir do momento que Jesus faz seu primeiro milagre, ele não é mais, somente, o filho de Maria, mas também seu Deus, seu salvador. Jesus não está simplesmente enaltecendo a mulher, mas sim um determinado modelo de mulher, referenciado nas virtudes e no comportamento de Maria, ao mesmo tempo em que firma sua divindade. Maria é, segundo a doutrina cristã, a mulher dentre todas as mulheres, aquela que foi escolhida por sua pureza, a mãe dentre todas as mães. Quando Jesus passa a chamá-la de mulher, está definindo o modelo ideal de mulher, na mulher de Maria. De acordo com Farias e Tedeschi:

A figura de Maria difundida pelo cristianismo suscita uma mistura de poder e de dor, da soberania e do inominável. [...] o Cristianismo censura perigosamente a fertilidade feminina, combate o paganismo e suas deusas-mães, e impõe contra Eva-pecadora uma Maria pura, sacerdotisa do ascetismo. Portanto, a análise dessas duas mulheres utilizadas pelo cristianismo para representar todo o universo feminino, nos permite compreender que Maria é tida como um exemplo único do seu tipo, ao passo que as mulheres restantes são consideradas filhas de Eva. Logo, assumiremos Eva como aquilo que a Igreja define que a mulher é, e Maria como um modelo daquilo que a mulher deveria ser. (FARIAS; TEDESCHI, 2010, p. 150-151).

Pode-se compreender ainda, conforme Ribas (2011), a ambiguidade presente nos discursos cristãos em que a mulher aparece como culpada e, ao mesmo tempo, redentora, demonstrando desse modo a dicotomia entre a mulher-Eva e a mulher-Maria. A Igreja, assim, utiliza-se de um discurso voltado para o feminino com o intuito de propagar sua doutrina, tendo em vista que o clero considerou, em diversos momentos da história, que as normas católicas podem ser introduzidas nas famílias por meio das esposas/mães (RIBAS, 2011). De forma análoga, segundo Guariza, Maria teria os atributos inacessíveis às mulheres, como a maternidade assexuada, o que denotaria as imperfeições do gênero feminino (GUARIZA, 2010), ao passo que Eva estaria próxima da mulher pecadora.

Ainda na matéria da Folha do Norte do Paraná, outras passagens bíblicas são usadas para exemplificar a forma como, segundo o referido texto, Jesus valoriza a mulher, como é o caso da prostituta que banha os pés de Jesus de lágrimas e enxuga-os com seus cabelos. Nesse episódio, Jesus teria declarado que “Seus pecados lhe foram perdoados porque muito amou. (Luc. 9,47)”, assim como da mulher perturbada pelo fluxo sanguíneo que teve coragem de tocar-lhe o manto, sendo também

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

perdoada de seu pecado original (Folha Norte do Paraná, 24/08/1975, p. 4). Em ambos os casos, apresentados pela matéria, nota-se que Jesus está enaltecendo um modelo de mulher, definindo um estereótipo, da mesma forma como faz o periódico ao preconizar o feminino em suas matérias, buscando reafirmar valores que julga o correto para a mulher, como o de esposa adorável, dona de casa impecável e, sobretudo, mãe.

Tais representações, reforçadas pelo periódico, podem ser notadas em outros períodos do Jornal como no ano de 1970 em que prevalece “o reforço ao modelo de mulher calcado nos valores das décadas anteriores, cuja identidade estaria fundamentalmente ligada aos cuidados com o lar, os filhos e o marido.” (MEZZOMO; PÁTARO; SILVA; 2014, p. 275). Apesar dos discursos modernizantes do período o conteúdo do Jornal enfatiza o trabalho da mulher “associado a tarefas de cuidado e vinculadas ao espaço privado.” (MEZZOMO; PÁTARO; SILVA; 2014, p. 277).

Em relação às mulheres na história, a matéria faz uma breve consideração a duas mulheres, Maria Sklodowska, cientista que morreu por conta de constante exposição ao elemento radioativo, objeto de pesquisa na maior parte de sua vida, e que ocupou o mesmo lugar de seu marido na Academia de Sorbonne, onde lecionava; e Margaretha Zelle, codnome Mata Hari, dançarina exótica dos Países Baixos, condenada por um júri masculino por conta de espionagem para alemães e franceses simultaneamente. Parece um tanto contraditório que, ao mesmo tempo em que a matéria fale de um modelo de mulher virginal, recatada e pura, procure evidenciar a relevância das mulheres na história, a partir de exemplos de “transgressoras”, que fugiam ao modelo e ao conceito de feminilidade predominante no período. De todo modo, o fato de uma mulher ser citada em um jornal, em um ano dedicado a ela, como alguém que fez algo construtivo para a sociedade e ao mesmo tempo mostrar-se capaz de pensar e agir politicamente pode ser considerada uma conquista.

No último tópico, a matéria faz uma crítica às mulheres que se doam desmedidamente em seus relacionamentos, e acabam anulando seus próprios sonhos, desejos e prazeres, para realizar a vontade do homem que está ao seu lado ou até mesmo para manter o relacionamento. A matéria tenta igualar a mulher ao homem no momento em que argumenta:

Parece muito injusto que em uma relação a dois, a responsabilidade de manter a harmonia recaia somente sobre os ombros de um. Uma situação desse tipo carece de equilíbrio e de instabilidade [sic]. No entanto, muitas são as mulheres que aceitam isso sem protesto e nem mesmo se apercebem da injustiça. (Folha do Norte do Paraná, 24/08/1975, p. 4).

A matéria atenta para a relação de subordinação sofrida pela mulher, que impõe a ela a responsabilidade por manter a harmonia do casal. Diante dessa realidade, a mulher teria, assim, o papel de se manifestar diante da situação de opressão, conforme já aponta Beauvoir:

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Quando tem para com a mulher uma atitude de colaboração e benevolência, ele tematiza o princípio da igualdade abstrata; e a desigualdade concreta que verifica, não a põe. Mas, logo que entra em conflito com a mulher, a situação se inverte: Ele tematiza a desigualdade concreta e dela tira autoridade para negar a igualdade abstrata. Assim é que muitos homens afirmam quase com boa fé que as mulheres são iguais aos homens e nada tem a reivindicar, e, ao mesmo tempo, que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens e que suas reivindicações são vãs. (BEAUVOIR, 1970, p. 20).

A autora exemplifica a ideia de igualdade presente no periódico, que tenta enaltecer a mulher como livre e igual e ao mesmo tempo a prende numa ideia de mulher submissa.

É interessante notar que o periódico não se alheia às discussões sobre o Ano Internacional da Mulher (ainda que não haja um número significativo de matérias sobre o tema), manifestando seu olhar sobre o feminino de acordo com suas perspectivas, doutrina, normas e o modelo de mulher que tenta legitimar através de seus discursos, sendo estes exemplificados na figura de Maria, como foi exposto acima, reafirmando os conceitos de pureza, mãe dedicada e esposa adorável, ao passo que Eva exemplificaria o oposto sendo a condição de pecadora e transgressora a que a mulher estaria destinada.

Casamento e Divórcio

O conteúdo dessas duas categorias, casamento e divórcio, estão interligados. Nas matérias referentes ao casamento, verifica-se um esforço de reafirmar a união matrimonial e valorizá-la, ao mesmo tempo em que repudia o divórcio. Já nas matérias relativas ao divórcio, ora são sobre os trâmites parlamentares e ora sobre o quão prejudicial pode ser, se legalizado.

O divórcio foi implantado no Brasil no ano de 1977, pelo Decreto Presidencial n. 6.515 do dia 26 de dezembro. No entanto, o ano de 1975 apresenta várias tentativas de implantação por meio do projeto de lei criado pelo Senador Nelson Carneiro, que foi votado pelo parlamento, obteve significativa quantidade de votos a favor, porém, foram considerados insuficientes, fazendo com que o projeto fosse rejeitado (SILVA, 2012, p. 3). Juntamente com as discussões sobre o divórcio, intensificam-se as discussões sobre o matrimônio. Numa tentativa de reafirmar o casamento, o Jornal Folha do Norte do Paraná apresenta constantes matérias sobre curso de noivos e outros temas com o intuito de sensibilizar as pessoas sobre o quão prejudicial pode ser a separação para o lar. A família tem sido vista como um elemento importante na estruturação da sociedade, sendo considerada a estrutura responsável pela transmissão de valores às novas gerações, e a formação de cidadãos; a figura feminina é percebida como alguém que influencia diretamente nas mudanças familiares e sociais (ROSADO; POMPERMAYER; TEIXEIRA, 2009).

Em 1916, sendo a família instituição mantenedora da ordem, da moral e dos bons costumes, era importante que a sociedade moderna criasse mecanismo que zelasse por ela. Desse modo, de acordo com Fáveri, estabelece-se que as mulheres tomem o sobrenome do marido no contrato nupcial já que a ele cabia o sustento do lar como “dever de honra”. Nas décadas seguintes, os juristas

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

empenharam-se em criar normas que visassem à proteção da família, sempre na perspectiva de estabelecer o controle das condutas. O casamento, uma vez consumado, além de ser irrevogável, era de responsabilidade, principalmente da mulher (FÁVERI, 2007, p. 339-340).

Ao mesmo tempo o matrimônio era sinônimo de status social, de modo que “o casamento era visto como um negócio e o dote dava certos poderes às mulheres [...] porque ser casado/a à época elevava o status social” (FÁVERI, 2007, p. 338). Em 1975, apesar de lentas modificações no pensamento social, o matrimônio ainda configura uma espécie de status, sobretudo à mulher, que, ao casar-se, toma para si inclusive o sobrenome do marido.

No entanto, mais que status social, o matrimônio configurava um meio de sobrevivência. Marcia Tiburi (2014) atenta para o fato de que, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, acontece um processo de laicização da cultura, onde tudo é questionado, inclusive Deus. Nesse contexto, surge o termo “amor”, que ganha um significado praticamente divino: a humanidade continua tendo esperanças, fé e desejos, porém, ao invés de transferi-las a um Deus, passam a transferi-las no sentimento de amor, que pode ser encontrado em outras pessoas. O casamento, ainda segundo ela, denotaria a existência da mulher, visto que aquela que não foi “capaz” de casar-se seria condenada a não ter existido. Como Tiburi exemplifica, se pensarmos no rei Salomão, casado com milhares de mulheres, era por conta de sua riqueza e as mulheres que se casavam com ele possuíam um teto e comida, em uma sociedade onde eram proibidas de tudo, o casamento lhes garantiria relativas condições de sobrevivência.

Até que o divórcio fosse instituído em lei no Brasil, o desquite era a única forma oficial de separação. Assim,

o desquite era a única possibilidade de separação oficial dos casais, e as mulheres desquitadas sofriam o preconceito da sociedade, cuja conduta estava sob constante vigilância – sem a quebra do vínculo matrimonial, os cônjuges continuavam casados sob a ótica da Igreja e dos costumes aceitos, e pressupunha que os desquitados se abstivessem de relações sexuais, mas eram as mulheres as mais vigiadas. (FÁVERI, 2007, p. 341).

Ainda segundo Fáveri, um dos argumentos utilizados pelos parlamentares a favor da implantação do divórcio no Brasil era de que o desquite colocava a mulher em uma situação prejudicial, uma vez que, sendo sustentada pelo marido, e em caso de desquite e perdendo sua “dignidade”, acabava a mercê das mazelas sociais, até mesmo passando por necessidades financeiras. Assim, a possibilidade do divórcio, ela poderia tentar um novo casamento e reafirmar-se na sociedade, além do fato de assegurar sua honra, uma vez que ao se deitar com um homem sendo desquitada estaria sendo sua amante e sendo divorciada poderia tê-lo como marido (FÁVERI, 2007, p. 343).

No que se refere à Igreja Católica e à doutrina cristã, de acordo com Almeida, o casamento tem como base o laço indissolúvel que une Cristo à sua Igreja, sendo assim, teria como regra

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

fundamental sua indissolubilidade, uma vez que evocaria a união eterna e inquebrável de Cristo com sua Igreja. Divorciar-se e casar-se novamente significaria um adultério (ALMEIDA, 2010, p. 27-28).

Na perspectiva da Igreja Católica, “matrimônio vem de *mairismunin*, ofício da mãe, porque a mulher não casa senão para ser mãe.” (FÁVERI, 2007, p. 342). Partindo desse princípio, o divórcio condenaria a mulher a um mero objeto e aniquilaria a humanidade, uma vez que, somente através do matrimônio, seria possível perpetuar a espécie. Na ocorrência do divórcio essa premissa estaria abalada, pois na percepção da doutrina religiosa, uma vez que o matrimônio configurado como indissolúvel fosse desestabilizado, a humanidade sucumbiria, pois somente através dele era permitida a procriação. Como colocado por Fáveri, a argumentação religiosa era de que “Sua tendência [o divórcio] a esterilizar, a instabilizar a família, vai aos poucos destruindo a veneração à mãe, a deferência à esposa. Fica só a mulher, a mulher brinquedo, a mulher máquina de prazer, a mulher manequim de joias e vestido.” (FÁVERI, 2007, p. 342).

Tais discussões fazem-se presentes nos conteúdos identificados no Jornal Folha do Norte do Paraná do ano de 1975, a exemplo das matérias apresentadas e analisadas na sequência.



Imagem 3: Folha Norte do Paraná; 28/02/1975, p. 6 **Imagem 4:** Folha Norte do Paraná; 12/11/1975, p. 12

A matéria da imagem 3, intitulada “Uma Conversão Singular”, conta a história de um judeu que, após seis meses de casado, converte-se ao cristianismo, e decide seguir fielmente os preceitos da Igreja Católica. No entanto, sua esposa, não convertida e não crente em questões espirituais, requer dele uma longa tentativa de levá-la ao caminho cristão. O resultado final, a conversão, é uma família feliz, com filhos – que antes julgavam ser um entrave à sua liberdade –, e distante do divórcio.

Já na imagem 4 (“Antidivorcismo, dever de consciência”), Pe. José Meireles Sisnando, fala sobre a moral, o dever de consciência, e alerta sobre a consciência individual, consciência alheia e o que ele chama de Lei natural, na tentativa de enfatizar o quanto o divórcio pode ser prejudicial, visto por ele como um “crime contra a humanidade” (Folha Norte do Paraná, 12/11/1975, p. 12). Por fim, apresenta uma série de citações e exemplos históricos que valorizavam o matrimônio e a família.

Com relação às duas matérias aqui apresentadas, a família – e, de certa forma, também a religião – assume papel fundamental. No primeiro caso, percebemos que a verdadeira família – inclusive com filhos – é associada à conversão do casal. No segundo caso, a família é vangloriada como base social, utilizando-se de exemplos históricos, como é o caso da *Ilíada* e da *Odisséia* de Homero, para firmar a ideia de que o divórcio acabaria com a estabilidade da sociedade familiar e iria

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

contra os deveres patrióticos. A matéria afirma ainda que o matrimônio seria uma lei natural e que os povos antigos já perceberam que, diante disso, deveria ser indissolúvel.

Em relação à mulher, na matéria da Imagem 3, nota-se a ideia da necessidade feminina de ter um homem ao seu lado, sendo ele marido, pai ou irmão, para sair de uma vida de “perdição”. Essa perspectiva, certamente, contraria o discurso do Ano Internacional da Mulher, como foi dito anteriormente, em que a mulher é colocada como a “salvadora” do homem mecânico e animal.

E a partir de então – diz R. Wurmbbrand – a nossa vida mudou completamente. Antes bulhávamos por qualquer insignificância e terminei divorciado sem tergiversar muito se ela fosse contra meu gosto. Agora tínhamos um filho. Mihai era um dom de Deus, porque antes não queríamos saber de filhos que poderiam ser um entrave à nossa liberdade. (Folha Norte do Paraná, 28/02/1975, p. 6).

Nesse caso, apesar do casamento ser considerado indissolúvel, R. Wurmbbrand ter-se-ia divorciado caso sua mulher continuasse contra sua vontade de seguir os preceitos cristãos da Igreja Católica. Mesmo sabendo que, de acordo com esses preceitos, o casamento não pode ser rompido. Sendo assim, percebe-se que parece muito “natural” para o homem, quando algo diverge de seu gosto, optar pelo divórcio e não ser recriminado por isso. Por outro lado, nota-se a ideia de submissão feminina, tendo a mulher que se submeter à vontade do homem, ao mesmo tempo em que recai sobre ela a responsabilidade pelo matrimônio, uma vez que o homem não será subjugado por divorciar-se. A mulher ficaria desmoralizada e a culpa recairia sobre ela, que não soube manter o marido ao seu lado.

Na segunda matéria, notamos a intenção de levar os leitores a olharem para o divórcio com repúdio, visto e descrito pelo Pe. José Meireles como um ato criminoso, “se alguém, alegando liberdade de consciência, pudesse divorciar-se, poderia por igual motivo, praticar outras ações criminosas” (Folha Norte do Paraná, 12/11/1975, p. 12). Desse modo, compreendemos que os posicionamentos assumidos pelo representante da Igreja tentam, de acordo a matéria, reprimir a sexualidade e o erotismo, que acaba sendo visto por fiéis como um pecado. A forma de perpetuarmos a espécie é pelo ato sexual que, por sua vez, só pode ser concebido no matrimônio, portanto, sem matrimônio, sem filhos. O divórcio quebraria essa corrente, visto que, se é permitido divorciar-se, não faz sentido o casamento para que se pratique o ato sexual, além de destruir com a concepção de família que, a partir do divórcio, adquiriria outras formas. Conforme traz a matéria:

Ora, sabemos que o divórcio é intrinsecamente perverso e pervertedor, causa muitos suicídios; leva, amiúde, à prostituição, muitas vezes provoca loucura, desgraça o cônjuge e os filhos inocentes, impede a feliz educação da prole, que assim fica predisposta ao crime, corrompe os costumes e enfraquece a pátria. (Folha Norte do Paraná, 12/11/1975, p. 12).

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar



Imagem 5: Folha Norte do Paraná; 26/08/1975, p. 3

Imagem 6: Folha Norte do Paraná; 13/08/1975, p. 3

As matérias acima, “Amor Fracassado”, relacionada ao casamento, e “Uma Carta”, relacionada ao divórcio, têm em comum o fato de serem um apelo, uma em relação ao casamento que não estaria mais como antes, e outra em relação à separação dos pais.

A matéria da imagem 5 menciona uma mulher que enviou ao Jornal um desabafo sobre a situação que enfrenta em seu matrimônio: o envolvimento do seu marido com amigas desgostosas a ela e que o levam ao mau caminho, como o do adultério. A matéria da imagem 6 é uma carta enviada por uma jovem, ao jornal, direcionada ao seu pai que estava fazendo aniversário. Na carta, a jovem conta com muita tristeza sobre a separação de seus pais e o quanto isso lhe prejudicou.

O primeiro caso é o de uma mulher que suprime seus desejos para atender à família, vive de “nãos”, como é notável em várias de suas frases: “Eu não pensava em mim, mas nos quatro filhos que tenho”, “Não podia brigar”, “Passei a ser uma mulher fingida”, “Não sou mais aquela mulher cheia de vida, de amor, de carinho” (Folha norte do Paraná, 26/08/1975, p. 3). Nesse caso, a mulher padece em uma situação que lhe falta amor, lhe falta o essencial para manter um matrimônio e como ela mesma sentenciar “O meu lar apagou-se para sempre”. No entanto, afirma que jamais o trairá e manterá seu casamento por conta dos filhos, se sujeitará a situação porque depende da casa, a mulher se sujeita a situações desfavoráveis porque não tem o “direito” de abandonar o lar, mesmo que isso já não lhe signifique nada, ela tenderá a ser condenada por uma traição e julgada por não ter marido. No entanto, quando é traída ou passa por outro problema conjugal, deve se sujeitar à situação. Resistir ao máximo.

Situação semelhante pode ser verificada na matéria da imagem 6, em que o homem abandona o lar. “Puxa papai, o que você fez com a mamãe foi tão chato. Ela não merece sofrer tanto. Um dia você amou e se casou com ela e por isso deveria ter tido um pouco mais de respeito por ela e por nós.” (Folha Norte do Paraná, 13/08/1975, p. 3).

Mesmo a matéria colocando a atitude do pai como uma falta de respeito para com a família, não coloca a culpa como sendo dele, tanto que logo em seguida a menina diz: “Hoje vou rezar por você, para que você encontre tudo o que não soubemos lhe dar” (Folha Norte do Paraná, 13/08/1975, p. 3). Assim, ainda que o pai tenha abandonado o lar, a culpa acaba sendo assumida pela própria família, que não soube lhe dar o que precisava para que permanecesse. A mulher, nessa situação, é, ao mesmo tempo, vítima – por ser abandonada e não ter mais quem “mantenha” a família – e vilã, uma vez que não soube manter o marido, tendo em vista que a responsabilidade pela harmonia do lar é atribuída à mulher, assim como afirma Soihet em outra investigação:

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Toda a responsabilidade pela felicidade familiar, isenta o homem de qualquer ônus neste âmbito. Ele poderia se permitir continuar com seus defeitos e a cometer suas falta, algumas impossíveis de evitar, pois a medicina reconhecia-lhe caráter autoritário, altivo, menos amoroso, mais duro... O lar para ele deveria ser o local de refazer as energias gastas nas atividades externas de luta pela sobrevivência, e de exercício da cidadania. Quaisquer excessos deveriam lhe ser perdoados. (SOIHET, 1997, p. 14).

Se a mulher deve ser a mantenedora do lar, ela é responsável pela ruptura do mesmo, quando este ocorre, uma vez que não soube manter o lar. O homem aparece quase como um ser de veneração, essencial para a sobrevivência da mulher e dos filhos. Ele é cobiçado, deve ser cuidado, respeitado, pois sem ele a mulher e os filhos perecerão continuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das matérias do Jornal Folha Norte do Paraná do ano de 1975, nota-se como a mulher foi, durante esse período, vista pela sociedade e como a Igreja Católica influenciou social, cultural e politicamente.

Estamos, em 1975, em meio à segunda onda do feminismo, surgido após a Segunda Guerra Mundial, e que tinha como prioridade a luta pelos direitos do corpo, prazer e contra o patriarcado (PEDRO, 2005, p. 79), em um ano dedicado à mulher, onde as discussões sobre casamento e divórcio intensificam-se. Ao que parece, o Jornal tenta manter os preceitos religiosos em meio a transformações sociais e culturais que começam a ser discutidas. Camuflam posições conservadoras em meio a discursos progressistas, como muito ocorreu nos discursos sobre o Ano Internacional da Mulher.

O destino da mulher permanece associado ao casamento, sua preocupação é para com o lar e os filhos, de modo que: “todos afirmam que o seu papel era procurar realizar-se como esposa e mãe” (FRIEDAN, 1971 p. 17). Ainda que o ano de 1975 tenha sido dedicado a ela, nota-se a preocupação em confiná-la ao estereótipo de mulher-mãe, mulher-esposa. No entanto, onde está a mulher-mulher? Como afirma Beauvoir (1970, p. 23): “o drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo o sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial”.

Ao tentar definir a mulher, o periódico acaba limitando-a, pois a resume numa ideia de mulher delicada, esposa dedicada, mãe zelosa. A mulher acaba se sujeitando ao homem, mesmo quando tenta firmar-se como mulher, porque afinal, nem mesmo ela consegue definir seu próprio “ser-mulher”, uma vez que, o que ela conhece como mulher é aquilo que o homem apresentou a ela.

O ano dedicado à mulher é também o período em que se intensifica a discussão sobre a implantação do divórcio e o impacto do mesmo no matrimônio. Notamos como as matérias do jornal sugerem que a mulher é responsável pelo lar e como, ao mesmo tempo em que é vítima, é vilã. Afinal se dela é o dever de manter o lar, é dela a responsabilidade pela não conclusão desse dever. Em caso

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

de desquite, acaba marginalizada, uma vez que, não tendo o marido para lhe sustentar, acaba a margem da sociedade, prostituindo-se, perdendo sua honra, nesse caso, é caracterizada como vítima.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, José Carlos. O bipartidarismo (1966-1978) e a volta do pluripartidarismo em Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- ALMEIDA, A. **A construção social do ser homem e ser mulher**. Salvador: Eduneb, 2010.
- ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- BARBOSA, Susana Claudino. Nem “umas” nem “outras”, todas... – a representação da mulher na MPB na década de 1970. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Editora, 1970.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. Feminismo e Masculinidade no início do século XX. **Revista Fênix**, Piauí, v. 9, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2012.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia em O Estado de São Paulo. São Paulo: Omega, 1980.
- CARVALHO, M. Sexualidade, controle e constituição de sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). **Esboços**, Florianópolis, v. 7, n. 9, p. 159-180, 2001.
- CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena (org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- CARDOSO, E.. Sufrágio, Educação e trabalho: O Feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 106-131, 2014.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: As polêmicas e a repercussão na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 335-357, jan./jul. 2007.
- FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GUARIZA, Nadia Maria. Da aceitação da norma à criação das margens: a subjetividade feminina nas associações católicas. **Revista de História Oral**, n. 8, jul./dez. 2010.
- KUSHINIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: A imprensa no pós 1964 sob outro prisma. Projeto história. São Paulo, n. 35, p. 27-38, dez. 2007.
- MARQUES, Ana Maria; ZATTONI, Andreia. Feminismo e resistência: 1975 - O centro da mulher brasileira e a revista *Veja*. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 58-79, 2014.
- PAULA, A. **O jornal do bispo**, 2009. Disponível em: <<http://jornaldobispo.blogspot.com/2010/04/livro-o-jornal-do-bispo-historia-da.html>>. Acesso em: 22 jul. 2015
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- RIBAS, Ana Claudia. A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal *O Apóstolo* (1929 – 1959). **Espaço Plural**, Cascavel, v. 12, n. 24, p. 96-106, 2011.
- ROSADO, A. P.; POMPERMAYER, M.; TEIXEIRA, K. A questão do Casamento e do Divórcio analisados sob a ótica da inserção da mulher no mercado de trabalho. In: XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. **Anais...** Fortaleza, 14 a 19 set. 2009, p. 1-11.
- SILVA, M. P.; FRANCO, G. Y. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Hist. em Reflexão**, v.4, n.8, p.1-11, jul./dez. 2010.
- SILVA, Juliana Miranda da. A aprovação do projeto de lei do divórcio sob a ótica do jornal *O Estado* (1975-1979). **Anais do XIV Encontro Estadual de História**: Florianópolis, 19 a 22 ago. 2012.
- SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997.

**Encontro Anual de Iniciação Científica
da Unespar**

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007.

SENNA, Adriana Kivanski de. Moral cristã e a influência da religião no combate ao divórcio: A visão dos diários riograndinos 1889/1916. **Biblos**, Rio Grande, v. 20, p. 93-101, 2006.

TIBURI, M. **Marcia Tiburi no Entre o Céu e a Terra**. 61'28''. Programa Entre o Céu e a Terra, TV Brasil, 16 dez. 2014. 480p. Disponível em: <<https://youtu.be/xgnj6wv3tfE>>. Acesso em: 9 jul. 2015.